

Jose Eduardo Franco  
José Ignacio Ruiz Rodríguez  
José Paulo Leite de Abreu  
Beata Cieszynska  
(DIRECCIÓN)

# CONCILIO DE TRENTO

INNOVAR EN LA TRADICIÓN  
HISTORIA, TEOLOGÍA Y PROYECCIÓN

CONCÍLIO DE TRENTO  
INNOVAR NA TRADIÇÃO  
HISTÓRIA, TEOLOGIA, PROJECÃO



2016

# O CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563) ANTECEDENTES E CONSEQUENTES DA PEDAGOGIA JESUÍTA EM PORTUGAL

*Artur Manso*



## **A PREOCUPAÇÃO EDUCATIVA DO CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563) E A VALORIZAÇÃO DA PEDAGOGIA JESUÍTA**

Pretende-se, com este trabalho, aclarar a excelência das ideias pedagógicas dos jesuítas, cujo mérito foi reconhecido por aqueles que tiveram um papel mais ativo no longo período em que decorreu o Concílio de Trento, tendo-as adotado como instrumento central da Contrarreforma. O concílio procurou nos jesuítas uma importante ajuda para combater os movimentos reformistas em alguns dos campos que privilegiavam o ensino, a educação e a cultura. Como veremos, os currículos dos jesuítas não eram novos, o que agora aparecia como novidade era a maneira como se organizavam os estudos e se encaravam os fins educativos numa perspetiva cristã, enquanto instrumento essencial da realização concreta do homem, numa sociedade, até então, habituada a considerar a educação como algo a que só uma pequena elite podia aceder.

Esta reflexão prender-se-á, também, com o estabelecimento de alguns marcos nas realizações pedagógicas dos jesuítas em Portugal durante o período assinalado e nos anos consequentes, destacando-se, em todos os níveis, o alargamento do ensino e da educação, nomeadamente, o ensino superior a camadas da população mais vastas e leigas, o que, de certo modo, provocou a primeira democratização na educação portuguesa, como a abertura de colégios em locais tão remotos, como a cidade de Bragança, no recôndito nordeste transmontano, ou nas ilhas o podem demonstrar. Entre nós, a grande preocupação da ordem, iniciada por Inácio de Loyola, acompanhado por um pequeno grupo de homens e que rapidamente conheceu um desenvolvimento pouco comum, foi a de edificar um ensino aberto a todos, mas que, ao mesmo tempo, formasse o escol da nação, melhorando a qualidade de vida, interior e exterior, de cada um e o desempenho coletivo do nosso povo que, em parte, se realizaria pela evangelização e colonização dos novos continentes. É de relevar que a experiência da internacionalização do ensino, levada a cabo com sucesso pelos jesuítas, faz da Companhia a primeira multinacional de ensino e da educação.

Porei, assim, em destaque os principais marcos da origem e do desenvolvimento do ensino jesuítico em Portugal, relevando os mestres jesuítas que mais se evidenciaram na pedagogia nacional no decurso do Concílio de Trento e nos tempos que lhe seguiram.

O Concílio de Trento reuniu-se, pela primeira vez, em 1545 mantendo-se em atividade até 1563. Foram quase duas décadas dedicadas a um pensamento renovador da igreja católica em plena crise reformista. Os primeiros países a aplicar as diretivas tridentinas foram Portugal, Espanha, Polónia e Estados Italianos.

O concílio recorreu à Companhia de Jesus, fundada onze anos antes, em 1534, instituindo-a, enquanto concretização do projeto de Inácio de Loyola, como principal arma da Contrarreforma e, ao fazê-lo, tinha como principal objetivo combater os seus adversários nos campos apetecíveis do ensino, educação e cultura que, não sendo a preocupação primeira dos seus fundadores, rapidamente, se tornaram os vetores essenciais do seu projeto. As escolas fundadas pela Companhia de Jesus pautavam-se por um acesso alargado à sua frequência e, não menos importante e revolucionário à época, pela gratuidade dos estudos.

A Companhia de Jesus era, assim, uma nova instituição religiosa, completamente, subordinada à ortodoxia da igreja católica tradicional que passou a dedicar-se ao ensino de forma sustentada, abrindo escolas, seminários e universidades, instituições que serviam o duplo propósito de educar os membros da ordem e todos os leigos que quisessem obter a formação escolar que a Companhia oferecia. Assim foi com os primeiros colégios de Messina, Goa, Gandia ou Coimbra e continuaria a sê-lo com a imensa rede de ensino e aprendizagem que espalharam por todo o mundo. Os seus fundadores, em período de reformas e fortes cisões dentro da própria igreja, compreenderam na perfeição que para servir a igreja nem todos têm de ter uma vida consagrada, mas todos devem possuir uma formação condizente com os valores cristãos que, em momento algum, não podem deixar de orientar toda a sua ação.

Em Portugal, a Companhia de Jesus gozou de um forte desenvolvimento aquando do empenho total dos propósitos do cardeal D. Henrique.

#### **QUATRO PILARES DE UMA PEDAGOGIA RENOVADORA:**

##### ***EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS, CONSTITUIÇÕES, RATIO STUDIORUM E MODUS PARIENSIS***

A ordem de Jesus surgiu quando, pelo ano de 1534, o basco Inácio de Loyola (1491-1556), antigo militar, e à altura finalista na universidade de Paris, estudante de Filosofia entre 1529-1533, ano em que se licenciou e, em 1534, com 43 anos, obteve o grau de mestre em Artes no prestigiado colégio de Santa Bárbara, então dirigido pelo português Diogo de Gouveia, finalmente, conseguiu convencer seis colegas mais próximos a acompanharem-no nos seus propósitos. O reduzido grupo e talvez mesmo o seu líder, estavam longe de imaginar o rápido e longo alcance, no tempo e no espaço, do projeto que, então, se iniciava. É verdade que o seu fundador parecia saber o que queria, o período de reflexão e a inflexão que a sua vida tinha sofrido eram indícios de que estaria preparado para iniciar a tarefa a que se propunha. A idade também já o favorecia na procura de soluções razoáveis, mas o ambiente proporcionado pela universidade de Paris não seria, à primeira vista, o local mais adequado para solidificar a sua meditação e recrutar os seus companheiros. Como em todos os espaços reservados a uma certa elite, neste caso, intelectual, os interesses eram mais de mandar do que de servir, mais de diversão do que de meditação. A realidade terrena impunha-se às coisas da alma das quais se trataria quando a idade avançasse e as forças faltassem e, se a idade de Inácio era já considerável na época, os seus companheiros ainda estariam mais em tempo de diversão. Adivinha-se por isso a sua grande paciência e perseverança para formar o núcleo restrito que iniciou a Companhia, constituído por companheiros de estudo, nomeadamente, na área da teologia, cujos mais íntimos eram os que partilhavam consigo a habitação: o saboiano Pedro Fabro (1506-1546), o único sacerdote do grupo e o navarro Francisco Xavier (1506-1552), cujas vidas, relativamente curtas, não os impediram de legar uma obra notável. No grupo destacava-se, ainda, o português Simão Rodrigues de Azevedo (1510-1579), natural de Vouzela. Os restantes três elementos eram Nicolau de Bobadilla (1511-1590), Diego Laínez (1512-1565) e Alfonso Salmerón (1515-1585).

Este ambiente pouco provável, e à partida pouco recomendável para criar as bases de uma instituição religiosa, foi o viveiro desta ordem única na história da igreja de que a rápida institucionalização e a grandeza descomunal do projeto educativo que então lançaram se tornaram um legado na história da humanidade, mesmo que a educação não constasse dos seus propósitos iniciais. Da sua fundação à atualidade não será fácil encontrar qualquer projeto semelhante que tenha ganho tão rapidamente forma e conteúdo universais. Os jesuítas nasceram como uma ordem à parte, surgindo no seio de uma minoria privilegiada e empenhada em continuar a recrutar os seus membros nesse mesmo viveiro, a universidade. Se a referência educativa do projeto se tornou muito acentuada, então o seu fundador terá pensado que, para ter sucesso, deveria ser dirigido e servido por aqueles que trabalhavam no ensino e na educação, pois para evangelizar e seguir as regras religiosas não era necessário, aos seus olhos, viver

em clausura. Inácio entendia que a ajuda aos outros exigia que se vivesse no seu seio, mesmo que isso fosse contra o normal funcionamento das ordens de então com as quais, aliás, partilhavam os votos de pobreza, castidade e dedicação aos princípios da igreja católica. Neste ambiente seletivo, e na nova arquitetura que Inácio entendia ter de dar à Companhia, estabeleceu como grandes objetivos a pregação, a educação da juventude e a prática da caridade. A revolução verificada na organização e nos propósitos da nova ordem levou o sociólogo Durkheim a sintetizar:

A Companhia de Jesus reuniu duas características que a idade média encontrava irreconciliáveis e contraditórias: são ordem religiosa, têm regras, são clérigos, mas não vivem no mosteiro, misturam-se na vida do mundo. Reacionários por um lado, liberais por outro, não abandonam a corrente humanista, antes são nela mestres e a dirigem.<sup>2</sup>

Loyola instituiu os preceitos da ordem nos *Exercícios espirituais* “para se vencer o homem a si mesmo e ordenar a sua vida sem determinar-se por afeição nenhuma desordenada”<sup>3</sup>, obra individual onde não só prescreve meios e formas para cada indivíduo se poder tornar melhor cristão, mas contendo também apontamentos autorreflexivos, tomados ao longo do seu caminho de procura e conversão.

Para solidificar os propósitos da Companhia e orientar a sua atividade redigiu, com a ajuda de outros membros, as *constituições*, onde formulou o modo de conjugar a vida intelectual e a espiritual, compostas por quatro livros distintos, mas relacionados entre si: *O livro do exame*, onde se encontram as perguntas e as informações que se devem dar a quem pretende entrar na Companhia; *Declarações ao exame*, em que se explicam os diversos aspetos das normas inseridas no exame; as *Constituições*, propriamente ditas; e as *Declarações às instituições*. A sua redação prolongou-se até à aprovação da ordem, entre 1540 a 1556, cerca de uma década e meia durante a qual Loyola contou, a partir de 1547, com o trabalho do seu secretário Juan A. de Polanco. As *Constituições* vieram à luz em 1559, três anos após a morte de Loyola e a quarta parte trata, explicitamente, de como instruir nas letras e outros meios de ajudar o próximo.

À medida que o tempo passava e que o empreendimento educativo aumentava, tornava-se necessário estabelecer, em documento oficial, as normas formais de todo o ensino e educação, tendo por isso, em 1581, sido nomeada pela congregação uma comissão de doze membros com o encargo de proceder à redação final das normas pedagógicas da Companhia de Jesus, à qual pertenciam os jesuítas portugueses Pedro da Fonseca e Sebastião de Moraes. Malograda esta comissão, elegeu-se outra mais pequena, de seis elementos, da qual fazia parte o português Gaspar Gonçalves. O documento ficou redigido em 1585 e, depois de posto em prática, deu-se como terminado em 1598, começando a circular em 1599 em todas as escolas da Companhia. Este trabalho surgia como um complemento às regras comuns das *Constituições* e foi intitulado de *Ratio studiorum*, mantendo-se em vigor, sem qualquer alteração, até 1832. A *Ratio* é, assim, o texto pedagógico normativo dos jesuítas, pois desde a sua formação até à publicação do documento, em 1599, não existia qualquer código escrito para orientar o ensino e a educação ministrados nas suas escolas. É uma espécie de manual prático que estabelece as bases de uma formação humanística preocupada em conciliar o espírito das obras clássicas com o espírito religioso, com forte incidência nos valores perenes de inspiração cristã, entendidos como promotores da humanização. A *Ratio* vigorou de 1599 a 1773, altura da supressão da ordem pelo papa Clemente XIV. Após este acontecimento a vida dos jesuítas não foi fácil e tiveram de se ir adaptando aos tempos e vencendo o estigma da extinção, mantendo, com mais ou menos predomínio, num espaço ou outro do mundo, o seu esforço educativo até ao ano de 1814, quando por Bula, o papa Pio VII restaurou a Companhia de Jesus. Com os tempos mais favoráveis e os ressentimentos atenuados, a *Ratio* conheceu, na segunda metade do século xx, em 1954 e em 1965-66, aquando da realização da 31.ª Congregação Geral, uma nova redação, mais próxima das necessidades dos tempos que passavam. É de realçar que, antes da sua eliminação por ordem papal, a Companhia de Jesus já tinha sido expulsa de Portugal, no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal.

Os *Exercícios espirituais* e a *Ratio studiorum* estão intimamente ligados: tal como os *Exercícios* supõem, também a pedagogia estabelecida na *Ratio* é adaptada àqueles a que se dirige, assentando num

2 Manuel Pereira Gomes, “*Ratio studiorum* dos jesuítas: carisma, inovação, atualidade”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55, 1999, p. 224.

3 Inácio Loyola, *Exercícios espirituais*, 3.ª ed., trad. Vital Dias Pereira, sj, org. e notas por F. Sales. Batista, sj, Braga, Livraria AI, 1999.

currículo que se deve moldar às necessidades e capacidades de cada aluno. Os jesuítas promoviam, assim, uma escola ativa na qual o professor tinha o papel de orientador de todo o processo de ensino e de aprendizagem, tendo a sua pedagogia desempenhado um papel relevante, talvez sem o quererem, na sua rápida expansão, como nos diz Lino Moreira da Silva “Não estava [...] nas intenções dos jesuítas fundadores ocuparem-se de questões de pedagogia, antes instituírem uma ordem para realização de trabalho missionário”. Mas algo os terá feito valorizar a dimensão pedagógica que também estava na génese da ordem, tendo, desde logo, os seus colégios começado por ser casas ou residências onde os escolásticos moravam durante o tempo de frequência da universidade, tornando-se, de seguida e devido à muita procura, em centros de ensino com organização e programas próprios. Ainda nas palavras deste autor: “Para essa viragem das ideias puramente religiosas para as da educação e da pedagogia contribuíram (além das circunstâncias) a formação de base dos fundadores da Companhia e o entusiasmo renascentista da época”<sup>5</sup>.

Pedagogicamente falando, na altura vivia-se um certo clima de confronto, na organização dos estudos universitários, entre o modelo de Bolonha, centralista e diferenciador, e o de Paris, ativo e comunitário. Como já vimos, os fundadores da Companhia de Jesus tinham feito a sua formação em Paris e daí, naturalmente, escolheram esse modelo para as escolas que iam fundando e tutelando. Foi Jerónimo Nadal (1507-1580), natural de Maiorca, que entrou na Companhia, no ano de 1545, incentivado pela leitura de uma carta de Francisco Xavier e que auxiliou Loyola na redação das *Constituições*, tendo, ainda, elaborado os primeiros programas e introduzido o *modus parisiensis* nos colégios da Companhia, realizando a ambição de tornar possível um ensino alargado, participado e humanista, disponível para integrar todos aqueles que o procurassem. A Companhia apropriou-se, então, desses programas orientando-os para a educação humanista e integral do homem que vinha perseguindo. Como refere Margarida Miranda:

*o modus parisiensis*, explicitamente evocado como inspirador, refletia-se em dois aspetos fundamentais: a atividade individual e pensamento do aluno, por um lado, e uma clara (e inovadora) distinção entre graus de ensino, graus de aprendizagem, assim como ordem das matérias, do menos complexo para o mais complexo<sup>6</sup>.

Desta forma, “Os colégios jesuítas, preparados com grande cuidado, souberam interligar interesses religiosos e humanos, os propósitos do humanismo e a formação filosófica e teológica com a preparação de quadros para a vida ativa”<sup>7</sup>.

O ensino jesuíta incluía a lecionação do curso de Letras, do curso de Filosofia ou Artes e do curso de Teologia – não se preocupando, assim, com os já consagrados cursos de Direito e Medicina –, não se destinando apenas aos padres da Companhia e aceitando todos aqueles que o quisessem seguir. A língua usada era o latim, estudando-se a partir daí a língua mãe/pátria. O ensino da Filosofia era a área mais destacada da Companhia de Jesus e, nesse labor, a universidade de Coimbra tornou-se escola de referência, tendo, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os livros de filosofia de autores portugueses sido usados em muitas universidades europeias. Aristóteles era o autor de referência do ensino filosófico promovido e, por maior sucesso que tivessem conhecido, não escapavam à crítica severa de subordinarem a filosofia à teologia, o que, de certo modo, terá estado num certo arrefecimento dos ideais renascentistas que se começavam a afirmar. No tempo de predomínio da pedagogia jesuíta, as questões de nacionalidade, línguas nacionais, história do país, entre outras, não influenciavam o ensino e a educação. Tanto fazia ensinar em Portugal como noutra qualquer. Só mais tarde, na modernidade, é que as línguas nacionais e a história das nações influenciarão os sistemas de educação e será sob o signo deste novo paradigma de crítica acérrima

4 Lino Moreira da Silva, “Atualidade e valor do modelo pedagógico dos jesuítas: da herança do *modus parisiensis* à instituição do colégio de Messina dos jesuítas”, in Miguel Gonçalves, Carlos B. Morais, José M. Lopes (orgs.), *Repensar a escola hoje: O contributo dos jesuítas*, Braga, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, 2007, p. 459.

5 *Idem, ibidem*.

6 Margarida Miranda, *Código pedagógico dos jesuítas: 'Ratio studiorum' da Companhia de Jesus [1599]*, ed. bilingue, Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 28.

7 Lino Moreira da Silva, *op. cit.*, p. 465.

ao ensino escolástico que surgirá a severa reação de Descartes, considerado um dos fundadores da modernidade, ao longo da sua obra, ao paradigma de ensino dos jesuítas.

Não resta hoje qualquer dúvida de que, desde 1542, quando Francisco Xavier iniciou a construção em Goa daquele que viria a ser o primeiro colégio de estudantes seculares, a Companhia de Jesus ganhou projeção internacional e nunca mais as escolas que fundaram deixaram de proliferar, dando origem a uma rede de colégios independentes com um ensino preparatório de alta qualidade que garantia o acesso à universidade. No entender dos decisores da ordem, só assim se realizaria o ideal de perfeição, quer nas coisas materiais, quer nas espirituais, pois para lá da transmissão de conhecimentos, a educação a que se dedicavam visava preparar para o apostolado e os bons costumes, contribuindo para a formação de um novo ideal de homem que pudesse efetivamente renovar, espiritualmente, a sociedade. Sem dúvida que esta era uma pedagogia da excelência e como tal foi reconhecida pelos elementos do Concílio de Trento que não hesitaram em tornar a Ordem de Jesus num forte instrumento da Contrarreforma. E tal foi a gesta do seu trabalho que levou o grande poeta português, Fernando Pessoa, a sugerir que a Companhia de Jesus era a herdeira da Ordem do Templo.

Em resumo, os pilares da pedagogia jesuíta são, então, quatro: Os *Exercícios Espirituais*; as *Constituições*, nomeadamente a 4.<sup>a</sup> parte; a *Ratio studiorum*; o *Modus parisiensis*, ou seja, a maneira como Paris organizava os estudos.

#### **A PEDAGOGIA DA COMPANHIA DE JESUS COMO ELEMENTO ESSENCIAL DA CONTRARREFORMA**

Quando em outubro de 1517 Martinho Lutero (1483-1546), sacerdote católico agostiniano, afixou na porta do mosteiro de Wittemberg as suas 95 teses contestatárias da autoridade do papa e da maneira como a igreja católica aplicava os ensinamentos teológicos na vida quotidiana dos fiéis, deu-se início a um amplo movimento reformador no seio desta instituição que, a breve prazo, levou uma parte significativa dos estados europeus a rejeitar a autoridade do papa e da igreja que servia.

Em termos pedagógicos, o movimento reformista trouxe, de imediato, mudanças significativas que derivavam, essencialmente, de uma nova atitude dos povos ante o enorme poder que a igreja exercia na sociedade. Para aproximar os cidadãos da mensagem fundadora do cristianismo, Lutero e os seus pares apelavam para a necessidade de um conhecimento direto dos textos escritos que constituíam a Bíblia sagrada nos quais a igreja fundava o seu poder. Para que tal fosse possível impunha-se, por um lado, que a Bíblia fosse traduzida para as línguas nacionais e, por outro, em consequência, que todos os indivíduos aprendessem a ler, o que levou à criação de uma rede de escolas capaz de acolher todas as classes. Para servir os novos desígnios, a educação dos povos teria de assentar em renovados métodos de ensino e aprendizagem e em outra estrutura organizacional, pois a formação escolar elitista que vigorava não se preocupava com o analfabetismo das classes populares. Para suprir esta necessidade procedeu-se à abertura de um número cada vez maior de escolas. Tamanho interesse pela instrução e educação dos povos trouxe benefícios enormes ao progresso da pedagogia, começando a ser redigidos diversos tratados sobre o ensino e a educação que se haveriam de tornar num estímulo fundamental para as futuras obras de referência neste campo, destacando-se as de Coménio (1592-1670), Basedow (1724-1790), Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852), cujos trabalhos constituíram as fontes primeiras do movimento da Escola Nova, surgido na Europa, em finais do século XIX e início do século XX.

A verdade é que a nova organização escolar que nasceu com o movimento reformista foi também inspiradora do gigantesco edifício pedagógico que os jesuítas se preparavam para iniciar.

A Contrarreforma foi a obra de defesa e reorganização da igreja face aos avanços dos movimentos reformistas e para tal, além da confirmação do estatuto da Companhia de Jesus em 1540 por Bula do papa Paulo III, organizou, ainda, a Inquisição, primeiro em Espanha (1542), e reuniu, por vários anos, o Concílio de Trento (1545-1563). Os eleitos para difundir o ideário educativo, sugerido pelo Concílio de Trento, foram os jesuítas. Os membros desta ordem usavam a pregação como principal instrumento de persuasão, à qual juntavam o trabalho educativo, ambos vetores fundamentais em todo o movimento da Contrarreforma. O concílio tentava responder aos movimentos reformistas com as mesmas armas que lhes tinham dado vantagem: a educação e a formação de populações cada vez mais vastas. Era o reconhecimento de um trabalho e de uma estrutura já montados que agora se queria aproveitar.

Vejamos, então, algumas das características distintivas da pedagogia jesuíta. Desde logo os seus fundadores perceberam que um bom sistema de ensino tem de ser suportado na excelência daqueles que o servem, isto é, os professores recebiam nos colégios da Companhia, de facto, uma rigorosa formação específica, simultaneamente, intelectual e moral. O professor passou a ser considerado como o centro do ato educativo e agente primeiro em todo o processo de ensino e aprendizagem. Ser professor requeria o total domínio da arte de ensinar, tal qual era exigido a qualquer outro profissional, médico, jurista, teólogo ou artesão. Sendo assim, num momento especial da evolução da história, os jesuítas encararam os professores como profissionais e educaram-nos em conformidade com as exigências da sua profissão. É certo que a base da formação era humanística e privilegiava as obras clássicas e o espírito religioso, mesmo que obrigasse sempre as primeiras a estar em conformidade com o segundo, não prescindindo, como seria natural, de um forte conjunto de valores tidos como absolutos e indiscutíveis.

Assim formados, os professores tinham por missão ministrar o plano de ensino da Companhia, o qual se estendia por oito anos repartidos por dois ciclos ou níveis: os estudos inferiores e os estudos superiores. O primeiro ciclo de estudos era uma espécie de ensino elementar que ocupava os cinco anos iniciais da escolarização e nos quais se estudavam línguas e autores gregos e latinos. O currículo tinha a seguinte composição: Gramática – ínfima, média e suprema; Humanidades – conhecimento e fundamento da eloquência; Retórica – aprofundamento do que se tinha aprendido quanto ao estilo e à erudição. O segundo ciclo era composto pelos estudos superiores, assim divididos: Filosofia, onde se estudava Lógica, Ética, Metafísica, Matemática, Física, sendo as duas últimas entendidas à maneira clássica de ciências da natureza; Teologia, composta pelo estudo da sagrada Escritura, da língua hebraica e da Teologia escolástica e, por fim, casos de consciência, dedicados à Teologia Moral.

Apesar do conservadorismo escolástico que enformava os currículos, são várias as características diferenciadoras da pedagogia dos jesuítas, destacando-se: estudos ordenados de forma sistemática e progressiva, adequando a aprendizagem ao ritmo natural de cada indivíduo; matérias apresentadas com sequência e diferenciação; prazos e exames para aferir a progressão nos estudos definidos, em tempo oportuno; alunos distribuídos mediante o grau de conhecimentos demonstrados e obrigados a exercitar o saber adquirido; uso da emulação e da conquista de posições na sala de aula; disciplina e regulamento escolares observados com minúcia; labor académico imbuído de forte conteúdo humanista de inspiração cristã; interação constante entre intelecto e moral; valorização da função do professor; teatro escolar usado como ferramenta para treinar os estudantes no uso da língua latina, usando peças de autores clássicos, naturalmente expurgadas do que se considerava poder prejudicar a formação moral cristã.

À época, este modelo de ensino que não se preocupava com a educação feminina, era ativo e participado, assente numa pedagogia aberta, responsável e solidária que, de forma inovadora, recorria à psicologia como reforço educativo e integrava a família no processo de aprendizagem, enfatizando a relação professor-aluno. Na verdade, a maneira como se olha o mundo pressupõe uma determinada filosofia da educação e os jesuítas, enquanto ordem religiosa, não fugiam à regra, mas tal facto não os impediu nem de abrir as suas escolas aos leigos, nem de inovarem na organização curricular e consideração diferente daqueles que, simultaneamente, constituem a razão de ser de todo o ato de ensinar e aprender: os professores e os alunos. De forma sintética, Zildete Martins reafirma que a pedagogia jesuítica se baseia na “construção do conhecimento, busca da excelência educativa, o papel do educador como pesquisador, aprendizagem contextualizada e impregnação de valores no currículo”<sup>8</sup>. Apesar de todas as inovações era na doutrina social da igreja que a sua pedagogia tinha as raízes, fosse qual fosse o recorte do real que lhe servisse de referência.

Após vários séculos de vigência e das diversas vicissitudes a que esta pedagogia foi sujeita, nos tempos que correm ganha cada vez mais razão de ser a procura de bases seguras para a formação de indivíduos críticos, ativos e criativos, ao contrário dos atuais submissos, passivos e reprodutores onde a educação humanística parece ter-se tornado obsoleta. Só por si, o enfoque humanístico da pedagogia jesuíta é um vetor a meditar em todos os tempos, na senda do que refere Margarida Miranda: “Falhado o modelo de orientação materialista, sociológica e naturalista, pretendemos [...] regressar à educação

<sup>8</sup> Zildete I. O. Martins, “A pedagogia católica clássica e a proposta pedagógica jesuítica contemporânea”, in *Fragmentsos de Cultura*, v. 19, n.º 5/6, 2009, p. 392.

humanística integral, aquela que segue todos os aspetos da natureza humana, em função do equilíbrio dos respetivos valores entre si<sup>9</sup>. Talvez tenhamos de rever o conceito de humanismo, adaptando-o à realidade atual mas, enquanto a educação e a instrução tiverem por finalidade tornar os indivíduos melhores e mais conhecedores, os ensinamentos dos jesuítas como outros que a tradição nos legou, e os tempos atuais preferem ignorar, deverão ter um papel decisivo neste processo.

#### **A PROCURA DA EXCELÊNCIA NA DEMANDA DE UM ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO DE ELITES EM PORTUGAL**

Em 1540, ano da confirmação do estatuto da Companhia de Jesus pela Bula papal e cinco anos antes do início dos trabalhos do Concílio de Trento, o português Simão Rodrigues, um dos sete fundadores dos jesuítas, regressou ao seu país, talvez com a intenção de proceder à evangelização. Contudo, volvido pouco tempo, instalava a primeira casa própria da Companhia em todo o mundo – o Mosteiro de Santo Antão, em Lisboa, cedido por D. João III. Logo em seguida, em 1542, fundou, em Coimbra, o colégio de Jesus onde os estudantes da ordem frequentavam a Universidade, e três anos depois, em 1545, era designado, por D. João III, como diretor espiritual, confessor e mestre de seu filho, o príncipe D. João. Também o escolhido por D. Catarina para educar o neto, D. Sebastião, foi o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara que iniciou essa tarefa tinha o príncipe seis anos.

Em Portugal, após formarem os seus pares, os membros da Companhia de Jesus iniciaram no colégio de Coimbra a educação daqueles que aí ingressavam, sempre com a finalidade de preparar missionários para o ultramar. Com mais ou menos influências a ordem conseguiu, em 1547, autorização para graduar os estudantes no seu colégio de Coimbra, prerrogativa, até então, exclusiva da universidade e que agora era partilhada pela excelência da nova preparação que o ensino jesuítico tinha permitido de forma consequente. Tantos, e talvez tão inesperados, sucessos educativos em terras lusas levaram Loyola, em 1551, por carta, a exortar Simão Rodrigues para que procedesse à abertura do ensino público da Companhia em várias cidades do reino, com especial atenção para Lisboa e Évora. Para o auxiliar nesse propósito, em 1553, o dirigente fundador mandou para Portugal o ilustre jesuíta e famoso pedagogo Jerónimo Nadal.

No colégio de Coimbra, lecionou, a partir de 1552, o jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1599). Em Lisboa, no ano de 1553, os jesuítas abriam a sua primeira escola pública em Portugal na casa de Santo Antão, onde até aí funcionava um colégio só para uso dos membros da ordem. Os pedagogos jesuítas encarregados da abertura foram Cipriano Suárez e Manuel Álvares, tendo ocupado o lugar de reitor o padre Melchior Carneiro. O ano de 1553 serviu também para a ordem iniciar o ensino público em Évora, no Paço Eborense, onde se manteve até que ficou pronto o colégio de Jesus, instituição onde D. António Prior do Crato recebeu formação. Nesta cidade alentejana a ação pedagógica da Companhia de Jesus contava com o apoio incondicional do Cardeal D. Henrique. O trabalho posto na edificação e respetiva missão pedagógica do colégio do Espírito Santo tornava mais presente em D. Henrique o antigo desejo de fundar uma universidade em Évora, empreendimento que viu consagrado a 1 de outubro de 1559 quando foi inaugurada, tendo-se mantido em atividade durante duzentos anos até 1759. A estrutura e o modelo de funcionamento era semelhante ao da universidade de Coimbra, tendo sido nomeado para primeiro reitor, o padre jesuíta Leão Henriques. As faculdades que a compunham eram quatro: Humanidades, Artes ou Filosofia, Teologia, casos de consciência (Teologia Moral). A sua finalidade era a formação de teólogos e os jesuítas detinham todo o poder na instituição, estando o governo do reino totalmente ausente da sua estrutura quer funcional, quer administrativa. Como eraapanágio dos propósitos que enformavam as escolas jesuítas, também aqui os estudos eram abertos a outras classes e não apenas aos membros da ordem.

Em 1555, a ordem convenceu D. João III a atribuir a administração do colégio das Artes de Coimbra, o que veio, efetivamente, a acontecer, embora o monarca nunca tivesse oficializado esse ato. No século xvii, a Companhia de Jesus, no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, ministrava um curso designado por *Aula de Esfera* onde se ensinavam elementos de Cosmografia, na altura muito progressista no ensino da matemática. O professor que iniciou o curso foi o jesuíta Francisco da Costa e nele também le-



cionou Cristóvão Borri, jesuíta italiano divulgador convicto das descobertas astronómicas de Galileu. Foi, também, neste colégio que o iluminista "estrangeirado" Luís António Verney (1713-1792), autor do *Verdadeiro método de estudar*, obra inspiradora do plano de ensino e educação do Marquês de Pombal, fez os seus primeiros estudos<sup>10</sup>.

Foram muitos os colégios que a Companhia de Jesus abriu no espaço português. Frei Bartolomeu dos Mártires, a pedido do Cardeal D. Henrique, em 1560, passou o antigo colégio de S. Paulo de Braga, fundado por D. Diogo de Sousa, para os jesuítas e, ainda nesse ano, criaram o colégio de S. Lourenço no Porto. Dois anos depois, em 1562, foi inaugurado o colégio do Santo Nome de Jesus em Bragança. No ano de 1570, surgiam, na ilha da Madeira, o colégio do Funchal designado S. João Evangelista e no arquipélago dos Açores, na ilha Terceira, inauguravam o colégio de Angra chamado Ascensão.

Esta dinâmica não representaria a democratização do ensino como a viemos a conhecer recentemente, tanto mais que não se considerava a educação das mulheres e mesmo nas classes sociais mais elevadas que conduziam os destinos da nação reinava o analfabetismo, mas a verdade é que os jesuítas abriram os seus colégios a todos aqueles que pudessem e quisessem frequentá-los e isso, em Portugal e no resto do mundo ocidental, na altura, representava uma revolução total. Claro que a escolha era relativa, ou seja, a grande maioria da população se não fosse pelo ingresso na ordem, jamais poderia frequentar o seu ensino, nomeadamente, nos graus mais avançados, pois, nem que aquele fosse totalmente gratuito, a verba para poder estudar estava à mercê de muito poucos e a grande massa popular, não dispendo de qualquer recurso material, continuava arredada dessa escolha. Apesar de todos os constrangimentos, a abertura do ensino a populações cada vez mais vastas mostrava, por parte dos indivíduos, uma inegável apetência pela aprendizagem, tal como o prova a grande afluência aos seus colégios. A procura educativa, para lá do interesse instrumental que a impulsiona, revela que desde sempre há nos indivíduos – ou em parte deles – um genuíno gosto pelo saber e o reconhecimento, como os movimentos reformistas já tinham intuído, de que o conhecimento é uma forte arma para que a condição dos povos possa ser alterada e, neste trajeto, a educação e o ensino têm um papel decisivo.

Outro facto a realçar é que o curso conimbricense, da autoria de vários jesuítas, era o instrumento do ensino da filosofia em toda a Europa, tendo sido uma obra famosíssima durante muito tempo. Foram vários os cursos, sucessivamente, redigidos por jesuítas portugueses, até final do século xvii, que vieram substituir o pesado curso dos conimbricenses, mais abertos e recetivos à modernidade de então, ainda que limitados aos propósitos religiosos da ordem e ao natural pendor humanístico do seu ensino. A fé impunha-se à razão e o povo não podia ser inquietado pelos dados da ciência entendidos pelos instruídos, mas que, facilmente, espalhariam a dúvida e uma preocupação acrescida no imenso rol de povos analfabetos onde o dia a dia era vivido no temor e no tremor. Apesar de tudo, os intelectuais religiosos ligados à Companhia de Jesus iam produzindo obras nas quais, mesmo que de forma incipiente, incluíam novos conhecimentos, destacando-se: *Summa Universal Philosophiae*, de Baltazar Teles, 1642; *Cursos Philosophicos*, de Francisco Suarez, 1651; *Cursus Philosophicus*, de António Cordeiro, lecionado no Colégio das Artes entre 1676 a 1680<sup>11</sup>.

Apesar do enorme domínio educativo dos jesuítas e da sua pedagogia escolástica em épocas mais ou menos prolongadas da nossa História, a verdade é que, mesmo nesses períodos, o ensino e a educação, entre nós, nunca esteve, totalmente, nas suas mãos. O Marquês de Pombal expulsou-os, entregando a responsabilidade educativa à Congregação do Oratório, de orientação positivista, tendo o oratoriano frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) desempenhado um papel relevante nas reformas pedagógicas encetadas pelo Marquês, contribuindo, também, de forma positiva, para a educação dos portugueses. Desta forma, só o desconhecimento ou um acentuado preconceito antijesuíta poderá continuar a afirmar, como ainda hoje se ouve e lê, que é, essencialmente, da responsabilidade desta ordem o desinvestimento no ensino das ciências em Portugal quer no século xvi, quer nos séculos posteriores. É verdade que o enfoque principal do seu ensino eram as humanidades, mas o conhecimento dos factos mostra-nos que, depois de se restabelecerem em Portugal, no ano de 1863, dedicavam-se ao ensino

10 Cf. Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 378.

11 *Idem, ibidem*, p. 377.

das ciências naturais no colégio dos Órfãos de S. Fiel – Beira Baixa, começando em 1902, a publicar o resultado das suas pesquisas na revista fundada para o efeito, *Brotéria, Revista de Sciencias Naturaes do Collegio de S. Fiel*. A pesquisa e o ensino da ciência eram, também, uma prática levada a cabo no colégio de Campolide, em Lisboa, propriedade da ordem. Se tivermos presente o debate em torno do ensino das ciências entre nós, perceberemos melhor o esforço dos jesuítas na investigação e na divulgação das ciências naturais num Portugal que, em inícios do século xx, estava longe de, neste campo, seguir a melhor tradição dos países mais escolarizados e evoluídos. Apesar da relevância da finalidade missionária do ensino jesuíta, a Companhia sempre soube preservar a atitude e a ousadia dos seus fundadores e daqueles que os seguiram, transformando a educação numa arma de progresso e igualdade dos povos. Não precisaram de criar nada de novo, bastou-lhes apropriarem-se daquilo que encontraram e dar-lhe outros propósitos e finalidades, em poucas palavras, continuarem abertos ao mundo e atentos ao progresso das ciências e do conhecimento.

Um estudo que percorra a modernidade e a atualidade poderá demonstrar que o progresso das ciências experimentais, mas sobretudo a pressão da técnica e mais recentemente, da tecnologia, mudaram radicalmente o paradigma educativo, sendo que os pedagogos jesuítas não hesitaram em dedicar-se aos novos ramos do saber, fazendo-o agora com uma nova vantagem: a de que nunca, como nos tempos que correm, a dimensão humanística do ensino foi tão desprezada, levando a formações técnicas altamente especializadas e, paralelamente, ao desconhecimento quase absoluto do progresso da humanidade e do património que a constitui. As sociedades mais evoluídas fragmentaram de tal maneira o saber que apenas se interessam pela eficácia e pela técnica demonstradas por cada um na realização das atividades que lhe estão confiadas. O fazer e o ter sobrepõem-se ao ser. A escola atual, principalmente nos graus mais avançados, não tem qualquer preocupação em que cada indivíduo perceba o lugar que ocupa no seio da humanidade, lugar único e original, de seres racionais e críticos e não de meras peças que apenas contam enquanto forem capazes de desempenhar a função, quase sempre com a finalidade produtiva, para que foram preparados durante a sua, cada vez mais longa, formação. O homem para além de ser vivo, é também ser humano, possuidor de uma moral e de uma cultura, traços que lhe foram permitindo o progresso.

A pedagogia dos jesuítas, ao colocar especial ênfase no vetor humanista da educação, vem confirmar uma preocupação universal que é comum a todos aqueles que entendem que a riqueza de cada indivíduo é proporcional à de todo um povo e que todos os povos e diferentes sistemas educativos se preocupam com o destino dos seus membros que, pese embora a complexidade atual, continua a ser de definição simples. Para isso, basta lembrar o que, numa parte do seu *Diário*, nos diz o insuspeito Miguel Torga sobre o destino do povo português, anotando ser igual ao “destino de todos os corpos vivos: crescer, multiplicar-se, procurar a felicidade, e deixar no seu caminho uma nítida e aberta marca de compreensão e de amor”<sup>12</sup>. Suponho que a pedagogia da Ordem de Jesus, antes e depois do Concílio de Trento, nunca deixou de abraçar esta máxima impregnada de humanismo e espiritualidade, ideal a atingir no fim de qualquer formação, mais ou menos escolarizada, seja em que tempo for e em que lugar ocorrer.

12 Miguel Torga, *Diário*.